

## Produção do conhecimento para a promoção da justiça social

Production of knowledge for the promotion of social justice

*Producción del conocimiento para la promoción de la justicia social*

Lindomar Wessler Boneti – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

### RESUMO

Propõe-se analisar no texto a relação entre a produção do conhecimento em si e a prática da justiça social. Consta-se que a epistemologia da ciência hoje, com base na razão moderna, na medida em que se distancia do mundo da vida, da cultura, da tradição, da expressão religiosa, não reconhece como racionais saberes produzidos como estratégias de sobrevivência. Isto ocorre não apenas no que se refere aos parâmetros de verdade, mas especialmente em relação ao método, associando ciência à verdade técnica, com peso na mensuração. Na prática, a "injustiça" no processo da produção do conhecimento pode estar relacionada especificamente ao método e ao não reconhecimento de racionalidade do conhecimento singular produzido na prática da produção da vida, beneficiando uns segmentos sociais em detrimento de outros.

**Palavras-chave:** produção do conhecimento; produção da vida; justiça social.

### ABSTRACT

The text proposes the analysis of the text the relation between the production of knowledge and the practice of social justice. It can be seen that the epistemology of science today, based on modern reason, as it distances itself from the world of life, culture, tradition, religious expression, does not recognize as rational the knowledge produced as strategies for survival. This occurs not only in relation to the parameters of truth, but especially in relation to the method, associating science with technical truth, with weight in measurement. In practice, "injustice" in the process of knowledge production can be related specifically to the method and to the non-recognition of rationality of the singular knowledge produced in the practice of life production, benefiting some social segments in detriment of others.

**Keywords:** knowledge production; life production; social justice.

### RESUMEN

Se trata de analizar en el texto la relación entre la producción de conocimiento propio y la práctica de la justicia social. Se puede ver que la epistemología de la ciencia actual, basada en la modernidad racional, en la medida en que se aleja del mundo de la vida, la cultura, la tradición, la expresión religiosa, no reconoce como racional saberes producidos como estrategias de supervivencia. Esto ocurre no sólo en lo que se refiere a los parámetros de verdad, sino con respecto especialmente al método asociando ciencia a la verdad técnica, con peso en la medición. En la práctica, la "injusticia" en el proceso de la producción del conocimiento puede estar relacionada específicamente con el método y el no reconocimiento de racionalidad del conocimiento singular producido en la práctica de la producción de la vida.

**Palabras-clave:** producción del conocimiento; producción de la vida; justicia social.

## Introdução

Quando se pensa na relação da produção do conhecimento com a justiça social julga-se, primeiramente, que esta relação se refere ao impacto social promovido pelo conhecimento novo. Mas, por que não pensar que a produção em si do conhecimento pode levar à promoção da justiça social ou, ao contrário, à “injustiça”? Ou, melhor dizendo, pode haver relação entre produção do conhecimento em si e prática da justiça social? As respostas a estas questões constituem a centralidade da análise que se faz neste texto.

Quando se fala da produção em si do conhecimento, refere-se especificamente aos seus princípios epistemológicos e ao método, a partir dos quais se estabelecem parâmetros de reconhecimento racional dos conhecimentos produzidos no âmbito da produção da vida. Pode-se garantir que os princípios epistemológicos e métodos utilizados na contemporaneidade como parâmetros de cientificidade dão guarida aos conhecimentos singulares produzidos no âmbito da produção da vida? Esta questão traduz a inquietação fundante a qual motiva a análise que se produz neste texto. Parte-se da desconfiança de que os parâmetros de cientificidade praticados nos dias atuais, ou seja, a institucionalização, o conjunto de regras, normas e valores do conhecimento e o que se entende como verdade, têm ainda como fundamento a epistemologia moderna, a qual não dá conta de atribuir racionalidade e veracidade científica ao conhecimento singular, produzido no âmbito do mundo da vida.

Considerando que no contexto atual se tem uma nova configuração social, em que múltiplas dinâmicas sociais, culturais e políticas se apresentam, com o advento de novos saberes e novos parâmetros de verdade, impõe-se a necessidade de relativizar os conceitos clássicos de verdade e cientificidade assentados na razão moderna, propondo uma nova epistemologia na perspectiva de garantir guarida ao conhecimento produzido no mundo da vida, fazendo com que a produção do conhecimento em si se constitua em prática da justiça social. Em outras palavras, a análise que se desenvolve neste texto parte da desconfiança de que a epistemologia da ciência hoje, na medida em que se distancia do mundo da vida, da cultura, da tradição, distancia-se também da expressão real da vida e dos seus saberes, produzidos como estratégias de sobrevivência, como é o caso do senso comum. Isto ocorre não apenas no que se refere aos parâmetros de verdade, mas especialmente ao método associando ciência à verdade técnica, com peso na mensuração.

Portanto, a análise que se faz neste texto parte do pressuposto de que a produção do conhecimento utilizando como parâmetro epistemológico e metódico a razão moderna, pode, no contexto do mundo contemporâneo, produzir uma

segmentação social, beneficiando uns segmentos sociais, mais que outros, no que se refere ao reconhecimento de racionalidade dos seus respectivos saberes produzidos no âmbito da produção da vida, o que não seria socialmente justo.

Na perspectiva de responder a esta indagação, alguns caminhos são necessários trilhar, como é o caso de um breve recordar da epistemologia clássica da ciência moderna; da crise da razão moderna; do advento de um novo contexto com novos saberes; da justiça social e da produção do conhecimento hoje, quando se apresenta a necessidade de criar uma nova epistemologia para as ciências humanas, independente dos parâmetros epistemológicos das ciências da natureza.

O argumento utilizado como foco central da análise realizada neste texto pode até parecer professoral, pelo fato de se utilizar de um conhecimento sociológico e filosófico nada novo, o da relação entre a epistemologia da razão moderna e a produção do conhecimento no mundo da vida na contemporaneidade. Entretanto, com este escrito, almeja-se algo mais que argumentar que a epistemologia moderna, utilizada como parâmetro de verdade e de cientificidade, não acolhe o conhecimento singular produzido no mundo da vida. Almeja-se, com este texto, suscitar um debate que vá para além dos muros da academia, um debate político, isto porque se entende que alienar de racionalidade o conhecimento originado no âmbito da produção da vida de segmentos sociais populares, designa um ato político de segmentação do acesso à produção do conhecimento racional.

Ao se falar de epistemologia, transitando pelo campo da filosofia, não se ousa aprofundar no estudo deste conceito, fazendo-se importante apenas clarear do que se fala, utilizando-se assim o conceito da “epistemologia moderna” como método de análise. E, como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p. 19), “...não será despropositado perguntar: o que é afinal epistemologia (...) epistemologia é o ramo da filosofia que investiga a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento”. Ou, conforme Ferreira de Almeida e Madureira Pinto (1976, p. 18), a epistemologia “tem por objeto as condições e critérios de cientificidade dos discursos científicos”. É com estes entendimentos que se utiliza neste texto a expressão epistemologia.

## **A distância entre a epistemologia da razão moderna e o mundo da vida**

O primeiro aspecto a recordar em relação à epistemologia clássica das ciências do homem diz respeito ao seu vínculo com as ciências naturais. Como bem salienta Grinevald (1975 p. 40), com o avanço da ciência do domínio da natureza, a partir do método experimental, a física parece ser o primeiro ingrediente a se integrar no processo da formação das ciências humanas. A economia política foi

constituída na Inglaterra no decorrer da Revolução Industrial e da glória de Newton, quando se tinha uma influência considerável da epistemologia positivista. A partir de então, grandes teóricos das ciências do desenvolvimento econômico, como Adam Smith, Walras, Pareto e Saint-Simon, passaram a desejar serem o Newton da mecânica social da produção e do consumo de riquezas. A construção das ideias das ciências humanas, a partir das ciências da natureza, fez com que aquelas fossem assumindo ingredientes típicos destas.

Para a análise que aqui se faz, é importante recordar alguns momentos chaves no processo histórico da construção da epistemologia moderna, dando especial atenção ao período a partir do século XVII quando, no dizer de Boaventura de Souza Santos (1987, p. 17), a reflexão epistemológica moderna tem as suas origens, atingindo um dos seus pontos altos em finais do século XIX, ou seja, no período que acompanha a emergência e a consolidação da sociedade industrial e assiste ao desenvolvimento espetacular da ciência e da técnica. Neste período histórico, alguns ingredientes epistemológicos de ciência e conhecimento consolidam-se. Importante se faz recordá-los e os comparar com a dimensão do mundo da vida, por exemplo:

#### O preceito da mensuração e da universalização dos parâmetros de verdade e cientificidade

Pode-se considerar que os preceitos da mensuração e da universalização apresentam-se como vedetes da epistemologia moderna, como parâmetros de verdade e de cientificidade, abrindo caminho para os demais. Mensuração e universalização têm características tais que somente eles vedariam atribuir razão ao conhecimento singular fruto do mundo da vida.

Como diz Jacob Bronowski (1978), no livro *As origens do conhecimento e da imaginação*:

Galileu e seus sucessores pensam a ciência como capaz de descobrir a verdade *global* da natureza. Não somente a natureza é escrita numa linguagem matemática decifrável pela experimentação, como essa linguagem é única; o mundo é homogêneo: a experimentação descobre uma verdade geral. Os fenômenos simples que a ciência estuda podem desde logo entregar a chave do conjunto da natureza, cuja complexidade não é mais que aparente: o diverso reduz-se à verdade única das leis matemáticas do movimento.

Isto é, o pressuposto da homogeneidade e o da mensuração do mundo real levam ao desconhecer e ao não se considerar as complexidades, particularidades, singularidades e contradições dialéticas do mundo real.

## Adoção do modelo matemático das ciências naturais na compreensão do mundo social

Como já se fez referência acima, o modelo matemático, junto com o preceito da universalidade, apresenta-se como ingredientes geradores da origem da epistemologia moderna. Mas é preciso ressaltar um marco importante na história, quando este princípio, o matemático, passa a ser adotado como modelo também para as ciências do homem, a matemática e a técnica como sinônimo de Razão para o mundo social.

Este argumento é salientado por Habermas (1987, p. 161), no livro *Théorie de l'agir communicationnel*, Tome 1, ao lembrar que os principais pressupostos filosóficos da razão moderna encontram-se na obra de Condorcet (2004), escrita em 1794, *Esboço de um quadro histórico do progresso do espírito humano* na qual o modelo de racionalidade é representado pelas ciências matemáticas da natureza: observação, experimentação e cálculo. Neste livro, a construção do modelo de racionalidade apresenta-se a partir de quatro caminhos: associando o conceito de perfeição (arte, psicologia etc.) ao modelo do progresso científico; enfocando a superstição e o pré-julgamento como elementos opostos do progresso científico, com isto menosprezando as representações religiosas, filosóficas, morais e políticas vindas da tradição; ressaltando a convicção que as ciências da natureza servem igualmente ao aperfeiçoamento moral do homem; e considerando que o progresso do conhecimento, assumido pelas ciências humanas, da mesma forma que os do conhecimento da natureza, contribuirá para o desenvolvimento do indivíduo e da coletividade.

## A substituição das ideias de movimento e transformação pela de evolução

O exercício de parar para pensar a realidade no mundo grego, numa perspectiva dialética, a partir do parâmetro do movimento e da transformação, suplantado no período medieval, é resgatado na discussão sobre o método por Bacon e Descartes e posto em prática nos estudos de Galileu Galilei, entre outros. Porém, no Século XIX, Saint-Simon, conforme bem analisa Pièrre Ansart (1970), propõe substituir a ideia da crítica e da mudança para a consolidação da ordem, a partir do modelo racional da sociedade industrial, com assento na técnica. Este pressuposto é muito bem utilizado por Augusto Comte na *Filosofia Positiva*, traduzindo a ideia da mudança pela expressão do progresso, consolidando assim a epistemologia positiva da ciência e da organização institucional da sociedade capitalista. Isto significa que, a partir de então, na nova sociedade industrial, ciência, técnica e indústria, passam a comungar a mesma epistemologia. Isto leva, segundo Boaventura de Souza Santos (1987): à alienação do conhecimento do senso comum e

do discurso estético dos parâmetros de cientificidade; a estabelecer relação entre a objetividade e a subjetividade – “... a subjetividade social é cada vez mais o produto da objetivação científica” (p. 13) –; à existência da dogmatização da ciência como mecanismo da representação do mundo: “O positivismo lógico representa, assim, o apogeu da dogmatização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo...” (p. 23); ao aparecimento do etnocentrismo epistemológico: “... é de saber se, à semelhança do debate antropológico, caracterizar as ciências sociais a partir das ciências naturais é ou não uma forma de etnocentrismo epistemológico. No meu entender é...” (p. 70).

Em síntese, os parâmetros de cientificidade das ciências do homem, como os das ciências sociais hoje, foram constituídos pela associação com a lógica matemática, isenta de características culturais, religiosas e tradição e, portanto, apartada do mundo da vida, destituindo o caráter de racionalidade do conhecimento singular.

### **A crise da epistemologia clássica da ciência moderna a partir de uma nova feição e expressão do mundo da vida**

Dois fatores conjugados promovem uma crise da epistemologia clássica da ciência moderna, o advento de uma nova configuração social e política mundial, envolvendo acontecimentos históricos, e os seus próprios fundamentos teóricos.

A crítica à epistemologia clássica das ciências sociais do homem diz respeito, fundamentalmente, à alienação do mundo da vida na medida em que utiliza como parâmetro de cientificidade a mensuração e a isenção em relação à tradição, aos traços culturais e religiosos. Entre inúmeros pensadores que fundamentam a crítica à epistemologia clássica da racionalidade moderna, Habermas (1987, p.159-160, Tome I) resume a essência desta crítica ao considerar que, entre os pensadores clássicos, o que mais aproxima a razão ao mundo da vida seria Max Weber, em decorrência da estrutura de símbolos contemplada por este pensador. Mas Habermas questiona-o pela fragmentação da sua teorização em tono da razão ao se limitar a associá-la à racionalidade capitalista: forma capitalista das atividades econômicas. Em outra obra, Técnica e ciência como ideologia, Habermas (2001, p. 46), dialogando com Marcuse, afirma que:

Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou de “racionalização”, não se implanta a “racionalidade” como tal, mas em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta... Marcuse chega a esta conclusão: O conceito de **razão técnica** é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem).

Mas o advento da crise da razão moderna se deve muito mais ao próprio contexto social, a partir de uma nova configuração da expressão do mundo da vida. Especialmente no final do século XIX e início do século XX, afloram contradições em relação ao advento da razão moderna, particularmente em relação ao pressuposto iluminista associando a técnica à redenção humana. As contradições teóricas do movimento revolucionário alemão, particularmente o marxismo, a ascensão do Nazismo, a primeira e segunda guerras mundiais, a destruição humana e ambiental são fatores que explicitam estas contradições. Como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p. 139), no que se refere ao uso político da ciência: “A nível internacional, procedia-se na Alemanha, desde 1933, a uma política de aviltamento da ciência, da submissão desta aos objetivos sociais e políticos do nazismo”.

Trata-se de uma crise que dá origem a uma inquietação que se expressa no mundo acadêmico. Um exemplo desta inquietação está na Escola de Frankfurt. Como diz Matos (1995, p. 6), “A ascensão do nazismo, a Segunda Guerra, o ‘milagre econômico’ no pós-guerra e o stalinismo foram os fatores que marcaram a Teoria Crítica da Sociedade, tal como esta se desenvolveu dos anos 20 até meados dos anos 70”. Mais adiante, essa autora escreve: “Em nome de uma racionalidade crescente, os processos sociais são dominados pela ótica da racionalidade científica, características da filosofia positivista.” (p.7). Certamente Habermas (2001), no seu livro *Técnica e ciência como ideologia*, exprime com nitidez o foco central da preocupação dos pensadores desta escola: questionar a premissa que alia a técnica à Razão.

No geral, o advento de um novo contexto social suscita a necessidade da reconstrução da razão a partir do mundo da vida. Entende-se que a globalização se pode constituir em processo de interação (mudança) ou de disjunção (conflito). Isto significa dizer que nem sempre um processo social traz resultados positivos para a população: pode trazê-los para algumas pessoas, mas para outras não. O processo social altera a forma de vida social e com isto altera a trajetória de vida das pessoas. A produção de novos conhecimentos, por exemplo, pode trazer grandes benefícios para as pessoas que têm acesso a eles. Mas as pessoas que não têm esse acesso podem sofrer um processo de disjunção, de exclusão, isto porque o conhecimento que estas dispõem não mais é válido para o novo momento social.

Conforme a análise feita por Tavares dos Santos (2007, p.19), o processo de globalização pode gerar simultaneamente: a) a integração através da homogeneização: especialmente de hábitos culturais de consumo e de habilidades para o trabalho, na ótica da produção econômica mundial; b) tensões, desigualdades, diferenciações e exclusões: ao mesmo tempo que este processo de expansão das relações econômicas globais se constitui em processo de integração através da homogeneização de hábitos culturais e de habilidades para o trabalho, provoca outra força na sociedade, aquela que traz tensão, desigualdades e exclusão social. Todo processo de homogeneização social provoca desintegração, porque,

entre outros fatores, esse processo implica a aquisição de novos conhecimentos, novas habilidades para o trabalho etc. desvalorizando habilidades e saberes anteriores; c) modificações nas noções de espaço/tempo: as novas tecnologias, especialmente a rede mundial de computação, aproximam as pessoas no sentido da simples comunicação, criando uma nova dinâmica na produção econômica, de pesquisas, de estudos etc.; d) modificações no plano da organização do trabalho: não há dúvida de que uma das maiores mudanças ocorridas nas últimas décadas tenha sido em relação à organização do trabalho, o que se constituiu em um processo social de alto impacto, em grande parte, disjuntivo, na medida em que provocou desemprego e exclusão social; e) mutação nas relações de sociabilidade: o conjunto das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que caracterizam a sociedade global hoje, provocaram mudanças nas relações de sociabilidade, provocando um processo simultâneo de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização.

A partir desta nova configuração da expressão do social, exposta acima, pode-se indagar se a epistemologia clássica da razão moderna, tal como foi exposta acima, se apresenta em condições de absorver de forma justa os novos conhecimentos advindos deste novo mundo da vida.

No caso brasileiro, este novo contexto tem início com a própria “revolução burguesa”, como expressa Florestan Fernandes (1976), destituindo-se o modelo cultural burguês, como sinônimo de civilidade, de verdade e de comportamento individual.

Conforme observa Denys Cuche (2002), no livro *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, com o advento de uma nova noção de cultura, diferente daquela associada à acumulação de saberes escolarizados e eruditos, mais aproximada à expressão antropológica da vida, nos moldes de Clifford Geertz (1989), tem origem um novo olhar para o mundo social.

Contribuiu com este evento a chegada ao Brasil de estudos científicos etnográficos, sociológicos e antropológicos para os quais o mundo cultural passou um novo enfoque. Como exemplo, podem-se citar os estudos estruturais de cultura de Lévi-Strauss e a análise funcionalista da cultura de Malinowski, como expressões da vida no presente, destituindo a relação histórica entre cultura e evolução social. Estes fatos se fizeram importantes na destituição do modelo cultural burguês como sinônimo de civilidade, antes mencionada.

Sem dúvida, a Semana de Arte Moderna, de 1922, contribuiu significativamente para a quebra do preceito de formalidade como sinônimo de cultura e de distinção de classes no Brasil. Contribuíram também com este movimento em torno de uma nova noção de cultura, a chegada, ao Brasil, da repercussão dos movimentos sociais tipicamente urbanos, produtos do contexto da revolução industrial e da urbanização, como o movimento “hip-hop” e os das artes,

da música e da literatura, como expressões contestatórias das práticas de aniquilação do negro. Exemplo disto é o movimento musical gerado nos EUA sob a influência de raízes africanas, jamaicanas, latinas, derivando especialmente o Blues e o Jazz, com fortes influências sobre as periferias urbanas brasileiras. Estes movimentos musicais tinham sincronias políticas, como se pode constatar, por exemplo, na década de sessenta, por meio do movimento liderado por Luther King. Isso criou um novo contexto cultural.

### **Caminhos para uma epistemologia comprometida com a prática da justiça social**

Uma epistemologia comprometida com a prática da justiça social seria aquela que contemplasse a expressão do mundo da vida, com reconhecimento de racionalidade ao conhecimento produzido na prática do mundo da vida. Certamente, Boaventura de Souza Santos (1987, p. 52) expressa um olhar sobre os caminhos desta nova epistemologia ao dizer que: “O conhecimento científico só o é na medida em que for ataque e confrontação. Só existe ciência enquanto crítica da realidade a partir da realidade que existe e com vista à sua transformação numa outra realidade”.

Assim, entende-se que uma epistemologia comprometida com o mundo da vida, a partir da realidade do mundo contemporâneo e com vista à transformação social, constrói-se a partir, especialmente, dos seguintes caminhos:  
Reconstrução da ideia de razão a partir da união da teoria e da prática.

Certamente, a reflexão feita por Habermas (1987), na perspectiva da reconstrução da razão a partir da união entre teoria e prática, constitui-se em um caminho a ser considerado na construção de uma nova epistemologia do conhecimento. Segundo Habermas (1987, p. 25 Tome 1):

a) Está claro que há uma realidade objetiva e que as ciências naturais têm ferramentas suficientes para explorá-la; b) Mas está claro que a lógica das ciências naturais não é a mesma lógica para aplicar às ciências humanas. Por quê?: a sociedade e a cultura são domínios estruturados ao redor dos símbolos e símbolos exigem interpretação; qualquer metodologia utilizada na compreensão de uma realidade social que negligencie a estrutura de símbolos, fracassa.

Habermas (1987, p. 25-26, Tome 1) afirma, ainda, que se emprega a expressão racional supondo haver uma relação entre racionalidade e saber. Podem ser mais ou menos racionais as pessoas que dispõem de um saber e das expressões simbólicas – linguagem ou não, comunicacionais ou não – que incorporam um saber. Fala-se de racionalidade de uma conduta de vida. No contexto de uma condição sociocultural de uma conduta de vida, reflete-se talvez a racionalidade do mundo prático,

assumida não somente pelos indivíduos, mas pela coletividade. A racionalidade de suas expressões medem-se pelas relações internas entre o conteúdo do significado, as condições de validade e as razões para o caso de necessidades de serem reproduzidas para justificar enunciados ou a eficácia de regras da ação. Racionais, portanto, são os sujeitos capazes de falar e de agir, que se iludem também, assim que possível, sobre os efeitos e as relações meios – fins. Racional é, igualmente, quem, frente a uma norma existente, pode justificar a sua ação, face a uma crítica, explicando uma situação dada em relação aos comportamentos legitimados (esperados). Habermas considera que o conhecimento (associado ao interesse) surge de problemas que a humanidade enfrenta e para os quais tem que dar respostas.

### Um novo olhar para o senso comum

A partir da epistemologia clássica do conhecimento, o olhar que se implementa, ainda nos dias atuais, sobre o senso comum não é justo, pois o aliena da capacidade racional, desconsiderando sua origem a partir da produção prática da vida. Como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p.43):

[...] é preciso ter presente que a caracterização do senso comum é usualmente feita a partir da ciência e que, por isso, não surpreende, que seja saturada de negatividade (ilusão, falsidade, conservadorismo, superficialidade, enviesamento, etc). Se no entanto, se fizer um esforço analítico para superar esse etnocentrismo científico, a caracterização a que se chega pode ser bem outra e bem mais positiva.

Mas, independentemente do método, dialético ou positivista, pensadores das ciências humanas tendem a avaliar o senso comum a partir dos preceitos clássicos da ciência moderna, distanciando assim este conhecimento da dimensão racional científica. É caso de grande parte dos pensadores educacionais do Brasil interpretando o senso comum como algo fragmentário e simplista .

Pode-se afirmar que Karel Kosik tem outro olhar para o senso comum, diminuindo o seu distanciamento em relação ao conhecimento científico, na medida em que associa a produção do conhecimento ao mundo concreto, do real, da produção da vida. O autor diz que (1995, p. 19):

Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana.

Por outro lado, este mesmo pensador não deixa de fazer suas ressalvas diferenciando, assim, o senso comum do conhecimento científico ao dizer que:

[...] a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK, 1995, p. 15)

Assim, faz-se necessário reconhecer novas leituras no pensamento sociológico contemporâneo a respeito do senso comum e sua relação com o conhecimento científico. Dentre estas, pode-se dizer que Gramsci se apresenta de modo diferente ao considerar a existência da produção intelectual no mundo prático da vida. Assim se expressa o autor (1991, p. 3):

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura... (isto é, intelectual)

Na contemporaneidade, outros olhares aparecem numa perspectiva de conjugar o senso comum à produção do conhecimento, porém, sempre resguardando diferenciações entre eles. Michel Paty (2003, p. 11), no seu artigo intitulado “A ciência e as idas e voltas do senso comum”, considera que o conhecimento tem origem no senso comum, mas que isso ocorre na medida em que o destrona. Em uma segunda etapa, este conhecimento novo é assimilado até pelo grande público, reconstituindo assim um novo senso comum. Assim, diz este autor: “[...] o senso comum é enriquecido pela assimilação dos conhecimentos científicos e, de maneira geral, pela experiência humana”.

Em síntese, a partir de uma perspectiva clássica, independentemente do método utilizado, os pensadores apresentam a tendência de construir diferenciações dicotômicas entre o senso comum e o conhecimento científico, apesar de fazerem algumas aproximações entre eles, como é o caso de Gramsci e Kosik. Na contemporaneidade, porém, percebe-se a mesma tendência, resguardando diferenciações entre eles, mas não atribuindo, ainda, racionalidade ao senso comum, o que, em certa medida, pode ser considerado injusto.

### **Um novo olhar para o método “teórico”**

Por que método “teórico”? A partir de uma perspectiva positiva, método resume-se no procedimento técnico de coleta das informações do real estudado. Entretanto, o método, independentemente de seu nome, é constituído, antes de tudo, pelo olhar teórico que o pesquisador lança sobre o real que está sendo

investigado e que o leva a optar por determinados procedimentos técnicos de coleta de dados.

Contudo, nas ciências humanas, especialmente no caso da Sociologia e da Ciência da Educação, a tradição da investigação apresenta-se sob o prisma da técnica, do entendimento de que o método é um conjunto de procedimentos técnicos de coleta de informações, especialmente na perspectiva da mensuração. Isto faz parte da epistemologia clássica da ciência moderna, como já foi analisado neste texto. Nela, adota-se o princípio de que a cientificidade está associada à boa técnica de mensuração. Bajoit (2006 p. 15) observa que os fundamentos epistemológicos clássicos da sociologia têm origem nas ciências da natureza e é a partir desses fundamentos que se pensa o método de investigação, associando cientificidade à mensuração e à “neutralidade”.

Com essa perspectiva, pesquisadores das ciências humanas adotam como princípio a necessidade da definição, *à priori*, do método de investigação, interpretando-o como um conjunto de procedimentos e técnicas de coleta de informações. Trata-se de um procedimento comum entre os pesquisadores da Sociologia e os das Ciências da Educação, entendendo que o distanciamento do pesquisador do real estudado constitui-se em princípio de “neutralidade” e, portanto, de cientificidade. Na verdade, como diz Hannah Arendt (2002 p. 263), “Quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará”.

Porém, na perspectiva de ver o mundo real da vida como parceiro no processo da produção do conhecimento, necessário se faz desvincular-se da tradição clássica do método, pressupondo que este se constrói na conjugação da formação acadêmica do pesquisador, de suas vivências científicas, suas leituras teóricas, com o universo investigado. Assim, é possível que um mesmo universo social possa ser investigado de forma diferenciada, com informações diferenciadas, dependendo do olhar teórico do investigador. Isso significa dizer que, em se tratando de investigações associadas às ciências humanas, não se pode considerar haver uma verdade absoluta a partir de procedimentos homogêneos de pesquisa, mas, no mínimo, dois olhares teóricos diferentes, cada um indicando procedimentos diferenciados de coleta de informações. Isto é, olhar o meio social sob a perspectiva da funcionalidade, entendendo como real aquilo que se apresenta aos olhos e que um mero estudo estatístico o explica, ou olhar o meio social sob a perspectiva da contradição dialética e que somente a mensuração estatística do material da vida não dá conta da real explicação.

Outro aspecto importante a ser considerado é o momento da escolha do método: mesmo que, como já dito acima, a história da formação acadêmica do pesquisador, sua opção teórica e suas leituras constituam-se em elementos essenciais nessa escolha do método, ela não pode ser feita *à priori*, sem que haja

uma inter-relação do pesquisador com o mundo pesquisado. Certamente, na análise que aqui se constrói, não se ousa tecer considerações acerca da própria existência ou não do método, como fez Paul Feyerabend (1989), mas se faz necessário considerar, em primeiro lugar, que o real investigado não é algo estático, que pode ser estabelecido previamente, mas se constitui de uma constatação conjunta entre o pesquisador e o mundo pesquisado. Assim, é preciso considerar que na relação entre a pessoa que realiza a pesquisa e o mundo pesquisado apresentam-se variações e contradições e que o advento das informações não se dá de forma funcional.

Também é importante considerar nesta discussão o conhecimento envolvido na investigação: o conhecimento *à priori* e o conhecimento posterior. Numa perspectiva positiva, não existe conhecimento *à priori*, existe apenas o conhecimento novo, produzido a partir da matéria investigada. Nesse caso, conhecimento seria entendido como sendo o novo, o resultado da pesquisa, simplesmente. Mas, quando se olha teoricamente o universo investigado, numa perspectiva dialética, considera-se a existência do conhecimento de ambas as partes, o conhecimento teórico e bibliográfico do real investigado de parte do investigador e o conhecimento que o mundo investigado de quem lhe investiga e de si mesmo. Isso significa dizer que, a partir dessa perspectiva metodológica, a efetivação do processo de investigação materializa-se a partir de três conhecimentos que se apresentam em diferentes momentos: o *à priori*, do investigador e o seu mundo teórico, o do investigado e o conhecimento novo produzido.

## Considerações Finais

A partir da análise que se fez no decorrer deste artigo é possível concluir que o processo de produção do conhecimento em si tem uma relação aproximada com a prática da justiça social. A prática da justiça social – ou da “injustiça” – está relacionada com os parâmetros epistemológicos de ciência, verdade e conhecimento racional, sensibilizados ou não pela expressão de conhecimentos singulares produzidos no mundo da vida.

Constata-se que a epistemologia da ciência, hoje, com base na razão moderna, na medida em que se distancia do mundo da vida, da cultura, da tradição, distancia-se também da expressão real da vida e dos seus saberes produzidos como estratégias de sobrevivência, como é o caso do senso comum. Isto ocorre não apenas no que se refere aos parâmetros de verdade, mas especialmente ao método associando à ciência, à verdade técnica com peso na mensuração. Na prática, a “injustiça” no processo da produção do conhecimento pode estar relacionada especificamente ao método e ao não ao reconhecimento da racionalidade do conhecimento singular produzido na prática da produção da vida. Ou seja, o distanciamento do mundo da vida com a alienação da expressão religiosa, da

tradição e da expressão cultural, pode, no contexto do mundo contemporâneo, produzir uma segmentação social, beneficiando uns grupos sociais mais que outros no que se refere ao reconhecimento da racionalidade dos seus respectivos saberes, o que não seria socialmente justo.

A temática deste artigo, para além de um debate acadêmico, constitui-se em um debate político, estando relacionada ao próprio desenvolvimento social, especialmente de grupos em condições de pobreza, mostrando a necessidade de se criar uma nova epistemologia do conhecimento das ciências humanas, independente dos parâmetros epistemológicos das ciências da natureza.

## Referências

ANSART, Pièrre. *Sociologie de Saint-Simon*. Paris: Presses Universitaires, 1970. 213 p.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 333 p.

BAJOIT, Guy. *Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. 316 p.

BRONOWSKI, Jacob. *As Origens do Conhecimento e da Imaginação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978. 86 p.

CONDORCET, Marques. *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*. Campinas: Unicamp, 2004. 224 p.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002. 255 p.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 482 p.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 504 p.

FERREIRA DE ALMEIDA, João; MADUREIRA PINTO, José. *Teoria e Investigação Empírica nas Ciências Sociais*, 1976. Disponível em:  
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D1IPA2iy3Nz71OD5.pdf>>  
Acesso: 10 de agosto de 2015 pp 365-445

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213 p.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8 Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991. 237 p.

GRINEVALD, Jacques. *Science et Développement: esquisse d'une approche socio-épistémologique*: In: *La pluralité des mondes – Cahier de l'I.E.D.I.* Genebra e Paris: P.U.F., 1975, p.31-97.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'Agir Communicationnel*, T. 1 e T 2. Paris: Fayard, 1987. 448 p.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2000.149 p.

MATOS, Oligária C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*, 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005. 112 p.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974*. 4 Ed. São Paulo: Ática, 1980. 303 p.

PATY, Michel. A ciência e as idas e voltas do senso comum. *Revista Scientiae Studia*, n. 1, São Paulo, 2003, p. 9-26 – Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ss/v1n1/a01v1n1.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2015.

KOSIK, Karel. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995. 250 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. Porto: Afrontamento, 1987. 225 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Os novos processos sociais globais e violência. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 3, jul./set., 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300003)> Acesso em: 19 out. 2015.

Recebido em: 30/03/2017.

Aceito em: 06/06/2017.

### **Lindomar Wessler Boneti**

Doutor (PhD) em Sociologia pela Universidade Laval – Québec – Canadá e Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Fribourg Suíça. Membro da Associação Internacional de sociólogos de língua francesa; Professor e Pesquisador do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Temáticas de interesse em pesquisa: Direitos Humanos, Epistemologia das Ciências Sociais, Desigualdades e Singularidades sociais, Políticas educacionais. Contato: [lindomar@boneti.com](mailto:lindomar@boneti.com)